

CORREIO DE CAMPINAS



Dupla em partida de xadrez: desafio

Olimpíadas para quem tem 60 anos ou mais

Se você tem 60 anos ou mais e gosta de ser desafiado, esta pode ser uma oportunidade instigante para você. Estão abertas as inscrições para a 3ª edição da Campiadas, promovida pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) de Campinas. As competições serão disputadas a partir de 29 de novembro.

Os interessados podem se inscrever até o dia 23 de novembro em quatro modalidades esportivas: atletismo, damas, tênis de

mesa e xadrez, divididas por categoria e sexo. As inscrições são gratuitas e poderão ser realizadas em formulário disponibilizado no link <https://forms.gle/RZNDQcimbconyyWB6> ou no portal da Prefeitura de Campinas. Para Deise Campos, coordenadora de Participação da Pasta, a Campiadas também é sinônimo de alegria, vida e de realização de atividades prazerosas. “É a oportunidade de manter o físico e o mental ativos”.

Campinas sedia sede da ZEISS

Com investimento de R\$ 35 milhões, Campinas se tornou sede do primeiro Centro de Excelência em Qualidade e Tecnologia nas áreas de metrologia e tomografia da empresa ZEISS. Este é o primeiro investimento deste porte na América Latina e, segundo os responsáveis, a cidade foi escolhida devido ao

grande desenvolvimento de seu polo tecnológico, industrial e de inovação. A sede, na região do Aeroporto de Viracopos, em um espaço que reúne mais de 20 equipamentos e softwares de última geração, oferecendo uma imersão nas tecnologias mais avançadas de controle de qualidade.

Investimento reforça vocação

Conforme os representantes da empresa, o objetivo é que o local receba profissionais de todo o país e do exterior, movimentando a economia do município nos setores de transportes, hotelaria e alimentação, entre outros. O centro irá atuar em três frentes: ser um showroom de demonstração de equipamentos

e portfólio da companhia; ser um centro de treinamento e capacitação de profissionais da área de Qualidade, e referência de serviços metrológicos para o mercado. Segundo a Prefeitura de Campinas, o investimento privado reforça a vocação de Campinas como Capital Nacional da Ciência e Tecnologia.

Zona Azul: tarifa de R\$ 2 aos sábados

A partir do sábado (11) a tarifa da Zona Azul Digital de Campinas foi reduzida para R\$2 aos sábados, o que representa 50% do valor praticado em dias úteis. A Zona Azul Digital funciona de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h, e aos sábados, das 9h às 13h. Confira as formas de pagamento digitalmen-

te válidas: no aplicativo: Pix; Cartão de crédito (valor mín. de R\$20); Boleto bancário (valor mín. de R\$100; o tempo de compensação é de um dia útil). No ponto de venda: Pix; Cartão de crédito ou débito; Boleto bancário (mín. de R\$ 100; o tempo de compensação é de um dia útil).

Fechando o cerco ao fumo

Um projeto de lei de Campinas (SP) pretende ampliar a legislação que proíbe o fumo em locais públicos do município. A proposta é de autoria do vereador Luiz Rossini (Republicanos), presidente da Casa. A ideia é incluir novas áreas onde será proibido fumar. Além disso, estender as restrições

aos cigarros eletrônicos (ou vapes) que aquecem um líquido contendo nicotina. O texto, com parecer favorável sugerido pelo vereador Nick Schneider (PL), propõe a inclusão da proibição nas seguintes áreas comuns: condomínios residenciais, clubes, praças e parques públicos.

Mães de filhos com TEA

Um projeto de lei do vereador Guilherme Teixeira (PL) de Campinas (SP) propõe que mães de filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham prioridade no atendimento psicossocial no município. Visa oferecer suporte emocional e terapêutico a mulheres que enfrentam

uma rotina intensa no cuidado diário de crianças com TEA, e que frequentemente colocam as próprias necessidades em segundo plano. O projeto também prevê a realização de atendimentos por videoconferência, nos casos em que a mãe encontre dificuldade de locomoção.



Último balanço financeiro divulgado pelo hospital é referente a 2023

Santa Casa se recusa a prestar contas à população

Hospital é investigado por suspeita de desvio de verbas

Por Raquel Valli

A Santa Casa de Campinas (SP) se recusar a prestar contas detalhadas à população sobre a atual situação financeira da entidade. O sigilo ocorre justamente quando a instituição é investigada pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) por suspeita de desvio de verbas provenientes de emendas parlamentares de vereadores.

O último balanço financeiro disponível no Portal da Transparência do hospital é referente a 2023. Além disso, a irmandade não respondeu ao Correio da Manhã sobre o montante atual da dívida,

nem sobre a possível adesão à proposta de auxílio federal, articulada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, para salvar hospitais filantrópicos em crise.

O silêncio vai na contramão da principal entidade de representação do setor, que clama por soluções imediatas. O presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), Mirócles Vêras, reforçou a urgência da medida, sublinhando que a renegociação das dívidas é crucial para que as instituições continuem prestando serviços essenciais à saúde pública.

Endividamento

A análise do último balanço (ano-base 2023) disponível no site da Santa Casa revela que a instituição possui uma estrutura patrimonial robusta, com R\$ 325,9 milhões em ativos não circulantes, impulsionados por R\$ 196 milhões em investimentos e R\$ 129,9 milhões em imobilizado. Contudo, essa aparente solidez é contrastada por um pesado endividamento de longo prazo e um histórico de resultados operacionais deficitários.

A presença de um déficit acumulado sinaliza que, historicamente, a operação principal do hospital tem gasto mais do que arrecadado, indi-

cando que ela não é autossustentável.

O passivo não circulante (obrigações de longo prazo) soma R\$ 84,7 milhões, e a maior fatia é a dívida tributária de R\$ 61,4 milhões, que está parcelada via programa Pró-SUS. O endividamento conta ainda com empréstimos e financiamentos de R\$ 11,7 milhões e acordos extrajudiciais de R\$ 2 milhões.

O hospital optou por manter o silêncio também em relação à proposta federal de renegociação de dívidas. Negou-se a informar se irá aderir ao plano emergencial articulado esta semana por Alckmin, que visa dar sustentabilidade aos hospitais filantrópicos.

Vereador questiona Prefeitura sobre novas passagens em linha férrea

Da Redação

O vereador Ailton da Farmácia (PSB), de Campinas (SP), protocolou um Requerimento de Informações na Prefeitura para apurar se o município planeja incluir a construção de novas passagens de nível na linha férrea que corta os bairros Jardim Tamoio e Jardim Esmeraldina.

O questionamento ganha urgência diante do anúncio das obras do Trem Intercidades (TIC Trens), projeto que ligará São Paulo a Campinas e será operado pela empresa TIC Trens.

“Há anos, a população residente nos bairros Carlos Lourenço, Tamoio e Nova Iorque sofre com a falta de acesso à região do Jardim Esmeraldina, Samambaia, São Pedro, Vila Carminha, Jardim Aliança e Vila Alberto Simões e até mesmo à região central. O acesso ao Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira também é limitado pela falta de passagens pela linha férrea”, afirma o parlamentar.



Ailton da Farmácia requer informações da Prefeitura

Impacto na Saúde

Um dos pontos mais críticos levantados pelo vereador é o acesso aos serviços de saúde.

A UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do Jardim Carlos Lourenço atende a população dos bairros localizados do lado oposto da linha, o que gera uma dificuldade enorme no trânsito de ambulâncias.

“A demora em um atendimento pode ser fatal. É um absurdo porque moradores do lado do Jardim Tamoio utilizam o Centro de Saúde

Esmeraldina, [e] ambulâncias precisam percorrer cerca de 12 quilômetros para chegarem ao CS”, declarou vereador.

Impacto na Educação

Além da saúde, a educação também é prejudicada pela falta de passagens para os estudantes.

Por isso, o requerimento aponta um local estratégico para a construção de um dispositivo de passagem para veículos, motocicletas e pedestres, entre as Ruas Vicente da Fonseca Ferrão, no Jardim Samam-

baia, e Osvaldo Antônio Bossoni, no Jardim Tamoio.

A sugestão se justifica pela presença da Escola Estadual Professora Áurea Anunciação Américo de Godoy no Jardim Samambaia.

“Ao lado do Jardim Samambaia está a Escola Estadual Professora Áurea Anunciação Américo de Godoy, na Rua Joaquim Severino, fazendo com que os alunos que moram do lado do Jardim Tamoio caminhem até chegar à escola, já que veículos do transporte escolar não ultrapassam a linha férrea”, completa o parlamentar.

Créditos podem ter validade alterada

Por Raquel Valli

Os créditos do Bilhete Único dos ônibus circulares de Campinas (SP) atualmente expiram em um ano. Mas um projeto de lei complementar, protocolado na Câmara Municipal, propõe o fim do prazo de validade permanente.

Inclusive, determina que os valores expirados nos últimos cinco anos voltem a valer, ou, no caso do usuário não dispor mais do cartão, que sejam devolvidos com depósito bancário, no prazo de 90 dias após a publicação da lei.

Além disso, propõe que, em caso de reajuste na tarifa, que o saldo já carregado seja automaticamente convertido em passagens, garantindo o poder de compra do usuário.

Agora, depois de protocolizado, o projeto tramitará pelas comissões internas da Câmara, como todos os demais projetos. Por isso, ainda não há previsão de quando será votado.

Bolada

Os créditos expirados do Bilhete Único em 2023 somaram R\$ 7,27 milhões; em 2024,

R\$ 11,16 milhões; e até agosto deste ano, R\$ 7,56 milhões. Os números são da Emdec (empresa da Prefeitura de Campinas responsável por terceirizar o serviço de ônibus municipal).

Ainda segundo a Emdec, o valor dos créditos que expiram é incorporado à receita da companhia e o montante é reinvestido no próprio sistema. “Retornam como benefício global aos usuários no momento da definição do valor da tarifa.”

Já para a vereadora Fernanda Souto (PSOL), autora do projeto de lei complementar,

as novas diretrizes propostas “estão fundamentadas no Princípio da Dignidade Humana, no direito à mobilidade urbana e nos direitos do consumidor, e visam garantir um sistema de transporte público mais justo e acessível para todos os cidadãos de Campinas”. A proposta da vereadora revoga as normas municipais que hoje estabelecem prazo de validade para os créditos, como o Decreto nº 15.278/2005 e a Resolução nº 082/2007 da Transurc, que determinam o vencimento após 12 meses.